

BOLETIM 413

Brasília, 16 de agosto de 2017

FST confirma lançamento da campanha contra o desmonte da CLT

O Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, que congrega 22 confederações nacionais laborais, reuniu-se, ontem (15), na sede da CONTRATUH, em Brasília, para confirmar o lançamento da campanha contra o desmonte da CLT, previsto para o dia 5 de setembro, na capital federal.

Segundo o coordenador geral do FST, Artur Bueno de Camargo, que também preside a CNTA, “o objetivo, nesta data, é fazer um amplo lançamento com a presença das lideranças sindicais das confederações e a realização de uma coletiva à imprensa para mostrar os objetivos da campanha”.

Artur informou, ainda, que serão convidados para o lançamento entidades que já se pronunciaram contra a lei recentemente aprovada pelo Congresso Nacional e já sancionada pelo governo que altera inúmeros dispositivos da CLT e, com isso, suprime direitos dos trabalhadores. Representantes da CNBB, OAB, Anamatra, ANPT, FIDS, Dieese, Diap, entre outros, serão convidados a participar da atividade em Brasília como para as que ocorrerão nos estados.

O dirigente sindical acrescentou, também, que a partir do lançamento serão realizadas



O FST: mobilização permanente na defesa dos direitos trabalhistas

manifestações em todos os estados do país coordenadas pelas confederações. Os eventos preveem o amplo debate e esclarecimento dos aspectos perversos da reforma trabalhista e a orientação para ações de resistência nas negociações coletivas, junto às primeiras instâncias da Justiça do Trabalho, atividades em câmaras municipais e assembleias legislativas e manifestações de rua. “O objetivo é buscar anular, na prática, os efeitos dessa lei que representa um imenso retrocesso para os trabalhadores”, afirmou Artur.

CONTRICOM – O presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, presente ao encontro do FST, manifestou-se solidário à decisão do colegiado e reafirmou que a Confederação buscará mobilizar as suas federações e sindicais para participarem ativamente das ações nos estados.

Mazinho aproveitou para denunciar a reforma política que está sendo aprovada no Congresso Nacional: “depois de promoverem um verdadeiro massacre contra os trabalhadores, boa parte dos parlamentares quer, agora, fazer uma lei para se salvar em 2018, inclusive a aprovação de um fundo bilionário, que representará mais um

saque aos cofres públicos já bastante comprometidos”.

Segundo Mazinho, “um dos objetivos do FST deve ser denunciar todos os que votaram contra os trabalhadores e mostrar à população a necessidade urgente de uma renovação de nossa representação parlamentar, em todos os níveis, com a escolha de políticos que tenham compromisso com os trabalhadores e a sociedade”.

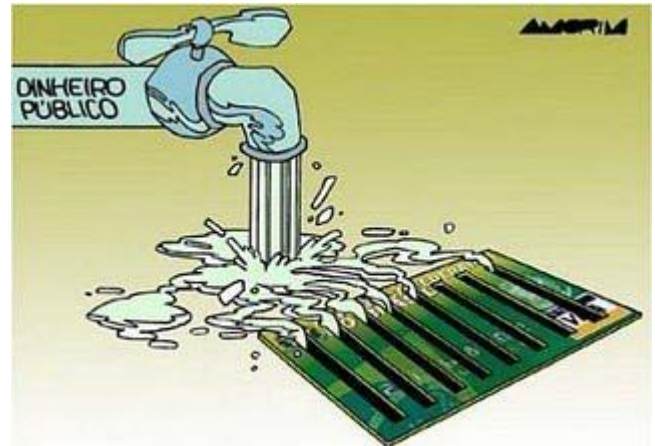
O sindicalista afirmou, ainda, que “é inaceitável o que algumas centrais estão fazendo, tentando negociar uma medida provisória com o governo para resolver o problema da contribuição sindical, paralisando suas atividades na defesa dos interesses dos trabalhadores”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Governo eleva para R\$ 159 bilhões metas de déficit primário de 2017 e 2018

Com as frustrações de receitas, o governo anunciou nesta terça-feira (10) o aumento da meta de déficit fiscal do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para R\$ 159 bilhões este ano. A meta para o próximo ano também foi revista para R\$ 159 bilhões.

O déficit primário é o resultado das despesas maiores que as receitas, sem considerar os gastos com juros da dívida pública. O anúncio foi feito há pouco pelos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira.



A alteração das metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional. Em 12 meses encerrados em junho, o déficit primário ficou em R\$ 167,198 bilhões, o que corresponde a 2,62% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, de acordo com dados do Banco Central (BC).

Originalmente, a meta de déficit estava fixada em R\$ 139 bilhões para este ano e em R\$ 129 bilhões para 2018. No entanto, a arrecadação ainda em queda, e uma série de frustrações de receitas dificultaram o cumprimento da meta original.

O governo também revisou as projeções para 2019 e 2020. Para 2019, a estimativa de déficit passou de R\$ 65 bilhões para R\$ 139 bilhões. Para 2020, o resultado passou de superávit de R\$ 10 bilhões para déficit de R\$ 65 bilhões.

A equipe econômica revisou ainda para baixo as projeções para o PIB e a inflação em 2018 em relação aos parâmetros definidos na LDO de 2018. A previsão de crescimento caiu de 2,5% para 2%. Em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a projeção passou



de 4,5% para 4,2%. Os números para 2017 – crescimento de 0,5% do PIB e inflação oficial de 3,7% – foram mantidos.

Frustração de receitas - Primeiramente, o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) refazer o edital do leilão de renovação de concessão de usinas hidrelétricas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que renderia R\$ 11 bilhões aos cofres federais este ano.

A segunda versão do programa de regularização de ativos no exterior, conhecida como repatriação, arrecadou apenas R\$ 1,61 bilhão, em vez dos R\$ 13 bilhões inicialmente previstos. As alterações na medida provisória que criou a renegociação especial de dívidas com a União também podem diminuir a previsão de arrecadação, caso o governo não consiga reverter essas mudanças.

Por fim, o governo teve de recuar de medidas que elevariam as receitas. O aumento do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre o etanol foi parcialmente revertido, reduzindo a previsão de arrecadação em R\$ 501 milhões.

Fonte: Agência Brasil

Previsão de salário mínimo para 2018 cai para R\$ 969

A revisão das projeções econômicas para 2018 levou o governo a reduzir o salário mínimo para o próximo ano. O valor de R\$ 979 que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) passará para R\$ 969 durante a elaboração do Orçamento.

A redução ocorreu por causa da queda na projeção de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2017. No fim de julho, o governo tinha revisado a estimativa para a inflação oficial de 4,3% para 3,7%.

Por lei, até 2019, o salário mínimo será definido com base no crescimento da economia de dois anos antes mais a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador próximo ao IPCA, do ano anterior. Como o PIB recuou 3,6% em 2016, a variação negativa não se refletirá no salário mínimo de 2018.

De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, o valor do salário mínimo pode mudar até o início do próximo ano. Segundo ele, o Orçamento trabalha apenas com estimativas. “O salário mínimo só será conhecido em janeiro. Até lá, várias coisas podem mudar”, declarou.

Fonte: Agência Brasil

Perdas de direitos dos aposentados serão debatidas no Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal promove nesta quinta-feira (17) audiência pública interativa para debater as reformas previdenciária e trabalhista, com foco nas perdas históricas dos direitos dos aposentados. O pedido para realização da reunião foi do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH.

Entre os convidados para tratar do tema estão o presidente do Movimento Nacional dos

Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto MOSAP), Edison Guilherme Haubert; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPPREV), Antonio Rodrigues da Silva, além de representantes de sindicatos e especialistas.

A audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Quem quiser participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania) e pelo Alô Senado, através do número-0800612211. A reunião está marcada 14h30 no Plenário 6 da Ala Nilo Coelho.

Fazenda - A CPI também fará audiência pública na quinta-feira (17) com representantes do Ministério da Fazenda e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também está na pauta da reunião a deliberação de requerimento do relator, senador Hélio José (PMDB-DF).

Na audiência pública, de caráter interativo, o relator da comissão pretende questionar as autoridades convidadas sobre a situação da Previdência Social.

Serão ouvidos Marcelo Caetano, secretário de Previdência do Ministério da Fazenda; Jorge Rachid, secretário da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; Leonardo de Melo Gadelha, presidente do INSS; Fábio Henrique de Sousa Coelho, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar; e Marcelo Fernando Borsio, representante da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Fonte: Agência Senado



Caixa Econômica prepara terceirização irrestrita e fim de concurso público

A Caixa Econômica Federal publicou a nova versão do normativo RH 037, que cria a figura do "Bancário Temporário". De acordo com a norma, a estatal poderá terceirizar a contratação de mão de obra. O banco alega que a norma está adequada à nova lei nº 13.429/17 que trata da ampliação da terceirização.

"A Caixa sempre teve esse normativo. Nós conseguimos brechar a terceirização até agora e pedimos a revogação dessa norma. A Caixa não revogou e essa é a versão 21 do RH 037 atualizado para a lei da terceirização. O gestor pode, a qualquer momento, iniciar a terceirização", disse à Agência Sindical o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa da Contraf-CUT, Dionísio Reis.

A direção do banco informou que abrirá licitação para a contratação de empresa especializada em mão de obra temporária, para fornecer trabalhadores por um prazo máximo de 270 meses. Segundo a Caixa, esses contratados



poderão atuar tanto na chamada atividade-meio, como também na atividade-fim.

De acordo com a norma, os trabalhadores serão contratados por meio de empresas especializadas na prestação de serviços temporários para realizar as tarefas de técnico bancário e não terão nenhum vínculo empregatício com o banco.

“Esse governo está promovendo um verdadeiro desmonte da Caixa e prejudicando seu papel de banco público. Essa norma é mais um passo deste desmonte”, destaca Dionísio Reis.

Contratação - Após contratado, o “Bancário Temporário” terá um dia de treinamento. Segundo o RH 037, esse tempo é suficiente para que ele possa aprender o trabalho e desenvolver as atividades. O temporário não terá nenhum vínculo com o banco e ficará sob a responsabilidade da Geper (Gerência Nacional do Quadro de Pessoas e Remuneração).

Nesta terça (15), a Contraf realiza o Dia Nacional de Luta, para exigir da Caixa mais respeito aos direitos dos empregados e protestar contra a precarização das condições de trabalho.

Fonte: Agência Sindical

JT confirma incompetência para determinar ao INSS atualização de cadastro de trabalhador

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho admitiu recurso da União e reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho para

determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a atualização do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) de um trabalhador e a averbação do tempo de serviço de relação empregatícia reconhecida em juízo. Segundo o relator do recurso, ministro Lelio Bentes Corrêa, a matéria não está inserida no artigo 114 da Constituição da República, que define a competência da Justiça do Trabalho.

O trabalhador, ajudante de pedreiro, entrou com ação contra os empregadores pedindo reconhecimento de vínculo e pagamento das verbas rescisórias, após quase um ano de serviços sem carteira assinada. A sentença, ao reconhecer a existência de relação de emprego, determinado ao INSS a atualização do CNIS do ajudante, “para que tenha repercussão nos benefícios previdenciários, pois a arrecadação sem o correspondente benefício ao trabalhador acarreta enriquecimento ilícito da autarquia previdenciária”. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) manteve a decisão.

Na condição de terceiro prejudicado, o INSS recorreu da determinação, sustentando que as instâncias inferiores extrapolaram a competência da Justiça do Trabalho, “ofendendo, inclusive, os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório”.

O relator, ministro Lelio Bentes Corrêa, disse em seu voto que houve uma má interpretação do artigo 114 da Constituição Federal pelo TRT-SP. Segundo o ministro, o dispositivo, com a redação alterada pela Emenda Constitucional 45/2004, não confere à Justiça do Trabalho a competência para determinar à entidade de Previdência Social a averbação do tempo de serviço de relação empregatícia reconhecida em juízo. “Desse modo, aplica-se ao



caso o disposto no artigo 109, inciso I e parágrafo 3º, da Constituição, que acometeu à Justiça Comum - federal ou residual estadual – a competência para processar e julgar as causas em que forem partes a instituição de previdência social e o segurado”, concluiu.

A decisão foi unânime. *Processo: RR-391-92.2013.5.02.0203*

Fonte: TST

CCJ aprova PEC que amplia licença-maternidade para gestante ou mãe adotiva de mais de uma criança

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (15) a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 196/16, do deputado Efraim Filho (DEM-PB), que amplia a licença-maternidade para gestante ou mãe adotiva de mais de uma criança.

Pelo texto, a atual licença de 120 dias será acrescida de 30 dias a partir do nascimento ou adoção do segundo filho. A medida beneficia, por exemplo, as mães de gêmeos, trigêmeos e múltiplos.

A relatora, deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), foi favorável à matéria. Segundo ela, o objetivo é “garantir de maneira efetiva as condições necessárias ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças, com melhorias na qualidade do relacionamento entre as mães e seus filhos”.

O deputado Marcos Rogério (DEM-RO) também defendeu o texto. Em sua avaliação, a proposta não onera a iniciativa privada, representando um encargo apenas o poder público. “O Estado é mais eficiente quando cuida melhor da primeira infância, do contrário tem de conter os resultados dessa omissão”, disse o parlamentar ressaltando a importância da presença dos pais na formação da criança.

Tramitação - A proposta será analisada por uma comissão especial. Depois, seguirá para o Plenário, onde precisará ser votada em dois turnos.

Fonte: Agência CÂMARA

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)